

VoTo com o
RELATOR!



OS FINANCIADORES DA BOIADA

COMO AS MULTINACIONAIS DO AGRONEGÓCIO
SUSTENTAM A BANCADA RURALISTA E PATROCINAM
O DESMONTE SOCIOAMBIENTAL



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**
Observatório do agronegócio no Brasil

CONTEÚDOS

LISTA DE SIGLAS	3
DESTAQUES DO RELATÓRIO	4
INTRODUÇÃO	5
1. O INSTITUTO PENSAR AGRO	8
Esse governo é de vocês”	8
JBS, BASF, Bayer e Cargill lideram financiamento	10
EUA, China, Japão e Europa sediam a maioria das financiadoras	13
Posicionamento das empresas	13
2. AS CAMPEÃS DO LOBBY	14
PL do Veneno é prioridade para indústria	14
Influência de multinacionais alcança alto escalão	16
Bayer participou em reuniões “fora da agenda”	17
3. SETOR FINANCEIRO SE ESCONDE ATRÁS DA BOIADA	18
Fundos dos EUA e UE mantêm lobby ruralista	18
JBS recebe aportes de paraísos fiscais	20
Faturamento de empresas alcança R\$ 1,47 tri	20
Discurso “verde” esbarra no financiamento ao IPA	21
4. RESISTINDO À BOIADA	22
REFERÊNCIAS	24

EXPEDIENTE

Coordenação

Alceu Luís Castilho

Edição

Bruno Stankevicius Bassi

Pesquisa e texto

Caio de Freitas Paes

Larissa Linder

Leonardo Fuhrmann

Mariana Franco Ramos

Revisão

Luciana Buainain Jacob

Infografias

Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão

Imagem de capa

Renato Aroeira

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Fogaça

Data de Publicação: Julho, 2022



DE OLHO
NOS RURALISTAS

Observatório do agronegócio no Brasil

De Olho nos Ruralistas é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e produção jornalística sobre o agronegócio no Brasil. De seus impactos sociais e ambientais.

Do desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas. Fundado em 2016, enquanto site, e formalizado como associação privada em 2017, o observatório é coordenado pelo jornalista Alceu Luis Castilho, autor de “O Protegido – Por que o país ignora as terras de FHC” (Autonomia Literária, 2019) e “Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro?” (Contexto, 2012).

contato@deolhonosruralistas.com.br
deolhonosruralistas.com.br

LISTA DE SIGLAS

ABAG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO
ABBA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA BÁTATA
ABCS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS
ABCZ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE ZEBU
ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS
ABIEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE
ABIFUMO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO
ABIMAQ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
ABIOVE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS
ABIPESCA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE PESCADOS
ABISOLO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL
ABPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL
ABRABOR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES E BENEFICIADORES DE BORRACHA NATURAL
ABRAFRIGO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRIGORÍFICOS
ABRAMILHO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MILHO
ABRAPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO
ABRASS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SEMENTES DE SOJA
ACRIMAT - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE MATO GROSSO
ALCOPAR - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ
AMPA - ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS PRODUTORES DE ALGODÃO
ANAPA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE ALHO
APROSOJA BR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA
APROSOJA MS - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DE MATO GROSSO DO SUL
APROSOJA MT - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CECAFÉ - CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL
CITRUS BR - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE SUCOS CÍTRICOS
CNA - CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
CTNBIO - COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA
FAEP - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ
FAESP - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FAMATO - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO MATO GROSSO
FENSEG - FEDERAÇÃO NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
FEPLANA - FEDERAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DO BRASIL
FIESP - FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FNS - FÓRUM NACIONAL SUCROENERGÉTICO
FPA - FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA
IBÁ - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES
IPA - INSTITUTO PENSAR AGRO
LAI - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
ORPLANA - ORGANIZAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA DA REGIÃO CENTRO SUL DO BRASIL
SICREDI - CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO SICREDI
SINDAN - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE ANIMAL
SINDICERV - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CERVEJA
SINDIRAÇÕES - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL
SINDIVEG - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL
SRB - SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA
UNEM - UNIÃO NACIONAL DO ETANOL DE MILHO
UNICA - UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
UNIPASTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO À PESQUISA DE MELHORAMENTO DE FORRAGEIRAS
VIVA LÁCTEOS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LATICÍNIOS

DESTAQUES DO RELATÓRIO



A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) compõe o lobby mais poderoso do Congresso; controla metade da Câmara e do Senado.



O Instituto Pensar Agro (IPA) é um think tank que assessora a FPA e a conecta com o setor privado. Produz minutas e relatórios para os Projetos de Lei ambientais submetidos por políticos da FPA, como os PLs do Veneno, do Licenciamento Ambiental e da Mineração em Terras Indígenas.



A estrutura do IPA é mantida por 48 associações do agronegócio, que contribuem com um valor mensal para apoiar as despesas de lobby. Esta estrutura inclui uma mansão no Lago Sul, onde os políticos da FPA recebem membros do governo e empresários durante almoços semanais, às terças.



Essas associações reúnem mais de mil empresas e 69 mil produtores rurais de diferentes setores, como soja, milho, algodão, cana, frigoríficos, papel e celulose, citricultura, laticínios, cervejarias, agrotóxicos, sementes transgênicas, biocombustíveis, além do setor financeiro.



As multinacionais são as líderes ocultas por trás do lobby do agronegócio: JBS, Basf, Cargill, Bayer, Syngenta, Nestlé, Bunge e LDC são afiliadas a múltiplas associações, onde ocupam cargos executivos e de liderança.



Durante o governo de Jair Bolsonaro, executivos do IPA e políticos da FPA se reuniram pelo menos 160 vezes com servidores do Ministério da Agricultura, incluindo 20 audiências com a ministra Tereza Cristina, ex-presidente da FPA.



A multinacional Syngenta se reuniu 81 vezes com servidores do Mapa; o frigorífico JBS, 75; e a fabricante de pesticidas Bayer, 60. Eles são seguidas por Basf, com 26 reuniões; Nestlé, com 23; e Cargill, com 13.



Líder no mercado brasileiro de agrotóxicos, a alemã Bayer manteve 16 reuniões com o Mapa fora do registro oficial, isto é, sem aparecer na agenda oficial de autoridades do governo. A companhia conseguiu uma audiência direta com Bolsonaro e contou com a participação de Tereza Cristina em vídeo institucional.



A suíça Syngenta, comprada em 2016 pela estatal ChemChina, manteve relações comerciais com o deputado Luiz Nishimori (PL-PR), relator do PL do Veneno, cujo parecer favorável ao projeto que flexibiliza leis sobre agrotóxicos foi aprovado em fevereiro de 2022 na Câmara.



Os fundos internacionais Blackrock, JP Morgan Chase, Bank of America, Citigroup e Dimensional investiram US\$ 4,12 bilhões em empresas ligadas ao IPA.

INTRODUÇÃO



Foto: Felipe Weneck/Ibama

“Passando a boiada”

“Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de Covid, e ir passando a boiada”. A frase do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, referia-se à retirada de obrigações socioambientais. Corria o dia 22 de abril de 2020. O mundo vivia o primeiro ano de pandemia e o Brasil já contabilizava 3 mil mortes pela doença. Foi sob a gestão de Salles que se viu o desmatamento da Amazônia explodir ao maior patamar dos últimos doze anos.¹

A fala dele ocorreu a portas fechadas, em Brasília, durante uma reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e seus ministros. Alvo de duas investigações no STF sobre sua participação em um esquema de tráfico ilegal de madeira, Salles saiu do governo. E a tarefa de “passar a boiada” passou às mãos da bancada ruralista.

Articulado através da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o mais organizado e atuante de todos os grupos de interesse do Congresso Nacional, o lobby do agronegócio detém metade dos assentos da Câmara e do Senado. Peça fundamental na base de sustentação do governo Bolsonaro, a FPA consegue com facilidade impor suas pautas, acelerando o desmonte de políticas socioambientais consagradas nas últimas três décadas.²

Apelidado de “Combo da Morte”, o conjunto de Projetos de Lei (PL) defendido pelos ruralistas inclui os PLs 2.633/20 e 510/21, da Grilagem, que concedem anistia à ocupação irregular de terras públicas até 2.500 hectares;³ o PL 2.159/21, que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental;⁴ o PL 6.299/02, do Veneno, que tira o poder de veto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no processo de avaliação de agrotóxicos;⁵ e os PLs 490/07 e 191/2020, que estabelecem o marco temporal para demarcação de terras indígenas e a legalização da exploração minerária nestes territórios, respectivamente.⁶ Valendo-se do apoio do governo federal, as pautas ruralistas avançaram com agilidade durante o primeiro semestre de 2022: os PLs do Licenciamento Ambiental e do Veneno foram aprovados em plenário na Câmara, sendo remetidos ao Senado, onde devem ter caminho facilitado.

Esses Projetos de Lei, no entanto, não surgem espontaneamente da cabeça dos parlamentares. Por trás da FPA existe uma rede de interesses e articulações estruturada em torno do Instituto Pensar Agro (IPA). Mais do que uma estrutura: há um ecossistema do lobby ruralista instalado em Brasília.



Ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles participa de almoço da FPA, em 23 de fevereiro de 2021. (Foto: Agência FPA)

Da bancada ruralista às empresas

Criado em 2011 com o propósito de prestar assessoria técnica na formulação de pautas legislativas para a FPA, o IPA é mantido com as verbas mensais pagas por 48 entidades de classe do agronegócio. Essas associações congregam abatedouros e frigoríficos, produtores de agrotóxicos e sementes transgênicas, usinas de etanol, indústrias de cigarros, de papel e celulose, processadoras de grãos e sojicultores e cervejarias, entre outros. Com as contribuições, o instituto organiza as demandas da cadeia agropecuária brasileira junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário, intermediando o contato de empresas e associações com parlamentares e representantes do governo.

Em maio de 2019, De Olho nos Ruralistas publicou a primeira investigação sobre o IPA e a intrincada cadeia de financiamento responsável por manter as atividades da bancada ruralista no Congresso.⁷ Na época, o IPA não possuía site oficial nem aparecia publicamente nos documentos da FPA. Contudo, as duas instituições tinham o mesmo e-mail para contato e o mesmo endereço – uma casa no Lago Sul, em Brasília, onde os parlamentares e lobistas se reúnem periodicamente todas as terças-feiras.⁸

A partir da identificação das associações que integravam o IPA, nossa equipe deu, pela primeira vez, nome às empresas que sustentavam o lobby ruralista. Multinacionais e grandes empresas brasileiras respondiam, na época, por 22 das 50 maiores companhias do agronegócio no Brasil. Bayer, Basf, BRF, JBS, Syngenta, Bunge e Cargill eram algumas delas.

Desde então, o think tank ruralista ganhou corpo e cresceu. Entre 2019 e 2022, o IPA atraiu 10 novas associações.⁹ Dentre as recém-chegadas estão algumas das principais entidades de classe do país, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)¹⁰ — que atualmente ocupa a presidência do Conselho de Administração do IPA —; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), principal articuladora do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016;¹¹ a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), com mais de 1,6 mil fabricantes afiliadas e presidida por um empresário do setor de maquinário agrícola;¹² e a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), que congrega mais de 37 mil empresas do ramo alimentício, incluindo gigantes do varejo como Nestlé, Danone, Mondeléz, Pepsico e Coca-Cola.¹³

A partir da atualização e ampliação dos dados coletados na primeira pesquisa, de 2019, este relatório busca ampliar o diagnóstico da máquina de lobby ruralista em Brasília. Quais são as empresas e grupos mais fortes dentro do Instituto Pensar Agro? Em quais espaços elas circulam? Quais são as campeãs em incidência junto ao governo Bolsonaro? Que benefícios elas têm coletado a partir dessas relações?



Em março de 2022, milhares de pessoas foram à Brasília protestar contra o “Pacote da Destruição”.

(Foto: Mídia Ninja)

Multinacionais comandam lobby

A resposta a estas questões escancara a principal contradição na narrativa ufanista propagandeada pelo agronegócio brasileiro: não são as empresas brasileiras as que lideram a influência política do setor. Estas são, em sua maioria, multinacionais. Corporações como a sino-suíça Syngenta, campeã em reuniões oficiais com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) desde o início do governo Bolsonaro. Ou a alemã Bayer, cujos executivos se reuniram pelo menos 60 vezes com funcionários do Mapa entre janeiro de 2019 e abril de 2022, sem contar visitas realizadas fora da agenda oficial.

Integram ainda este grupo as processadoras de grãos estadunidenses Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Cargill e a francesa Louis Dreyfus Company, acompanhadas da chinesa Cofco e da sul-coreana CJ Selecta. Ainda, empresas do setor alimentício, como a suíça Nestlé e a japonesa Ajinomoto, os frigoríficos brasileiros JBS e BRF, fabricantes de agrotóxicos e sementes transgênicas como Corteva, Alltech, FMC, Helm, Ihara, Sumitomo e Stoller, ou indústrias de nutrição animal, como Elanco e Mars.¹⁴

A história do lobby do agronegócio no Brasil é, sobretudo, uma história de privilégio no acesso aos espaços de poder. Embora não seja regulamentado no Brasil, o lobby pode ser entendido como qualquer prática exercida por pessoas ou empresas para influenciar decisões e políticas do poder público, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Ele faz parte do jogo democrático e, assim como os ruralistas fazem lobby, há também a ação direta de ambientalistas e movimentos sociais.

O problema reside na disparidade entre estes dois campos. Enquanto indígenas, camponeses e quilombolas são alijados das discussões que impactam seu direito à vida e ao território, o poder econômico do agronegócio transita livremente, impondo pautas que, em última instância, irão provocar o acentuamento da grave crise socioambiental enfrentada pelo Brasil na atualidade. É de fundamental importância, portanto, compreender como se constituem os processos que tornam possível tão grave ataque à legislação e às políticas públicas em nosso país. Para reconstruir as possibilidades de participação cidadã é preciso conhecer a extensão da influência, os canais de acesso e o impacto dos atores que financiam a boiada em curso.

1. O INSTITUTO PENSAR AGRO



Foto: Alan Santos/PR

“Esse governo é de vocês”

O Instituto Pensar Agro é composto por 48 entidades de classe do setor agropecuário, que congregam diferentes segmentos e interesses econômicos. O principal desafio do IPA, portanto, está em filtrar as demandas, encaminhando aos deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária pautas consensuadas entre as principais associações do setor. Isto nem sempre é um processo simples, especialmente quando se trata de disputas comerciais ou por incentivos fiscais.

Por exemplo: a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja BR), formada por médios e grandes sojicultores de 16 estados, possui interesses diversos aos da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), composta pelas 17 maiores esmagadoras de soja do país. Da mesma forma, o setor sucroalcooleiro, representado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e pela Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), disputa espaço com o setor que representa interesses do etanol de milho, liderado pela União Nacional do Etanol de Milho (Unem). Há ainda diferenças de porte, como entre a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), que reúne os 39 maiores frigoríficos do país, e a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), focada em empresas de tamanho médio. Ou ainda de região, representadas pelas federações de agricultores dos estados de São Paulo (Faesf), Mato Grosso (Famato) e Paraná (Faep).

ENTIDADES MANTENEDORAS DO INSTITUTO PENSAR AGRO, POR SETOR



FONTE: INSTITUTO PENSAR AGRO E SITE DAS ASSOCIAÇÕES | ELABORAÇÃO: DE OLHO NOS RURALISTAS

Somando os associados de todas as entidades financiadoras, são 1.078 empresas e mais de 69 mil associados individuais — entre sojicultores, pecuaristas, usineiros e algodoeiros. É esta miríade de atores que compõe a “ala privada” do IPA. A interface “pública” se dá na relação simbiótica com o governo, intensificada na presidência de Jair Bolsonaro, que escolheu para chefiar o Mapa a deputada Tereza Cristina (PP-MS). Ex-presidente da FPA, ela pertence a uma longa linhagem de latifundiários da região Centro-Oeste e possui relações diretas com a JBS, com a qual possuía uma dívida de R\$ 14 milhões oriunda do arrendamento de uma propriedade. Durante sua passagem pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Produção de Mato Grosso do Sul, ela concedeu incentivos fiscais ao frigorífico.¹⁵

Sob a gestão de Tereza Cristina, lobistas do IPA tornaram-se presença constante no Ministério. Um levantamento realizado pela equipe do De Olho nos Ruralistas identificou, entre janeiro de 2019 e junho de 2022, pelo menos 160 reuniões oficiais de representantes do Mapa com executivos do IPA e FPA.¹⁶ Entre os servidores mais requisitados estão os secretários de Política Agrícola, José Angelo Mazzillo Junio, e de Defesa Agropecuária, José Guilherme Tollstadius Leal.

Nesse mesmo período, movimentos sociais do campo foram recebidos em apenas duas oportunidades: em março de 2021, durante uma audiência virtual que contou com um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e em novembro de 2019, em reunião do Grupo Carta de Belém com a diretora de Regularização Ambiental do Serviço Florestal Brasileiro. Já os movimentos indígenas, como a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), não foram ouvidos nenhuma vez. Isso ocorre enquanto o Mapa, através do secretário de Assuntos Fundiários Luiz Antonio Nabhan Garcia — ex-presidente da União Democrática Ruralista, organização investigada por promover milícias rurais no campo — promove arrendamentos ilegais de sojicultores dentro de terras indígenas, em aliança com o presidente da Fundação Nacional do Índio, Marcelo Xavier, um defensor notório de interesses ruralistas.

Tereza Cristina também recebeu pessoalmente os ex-colegas de FPA em 16 oportunidades. As visitas à sede da FPA são um capítulo à parte: foram 12 participações nas reuniões-almoço no Lago Sul, quatro delas com a presença de Tereza Cristina. Na gestão anterior, do ministro Blairo Maggi, foram 36 reuniões durante um ano e meio de governo do presidente Michel Temer.

Além do Ministério da Agricultura, executivos do IPA e parlamentares da FPA estiveram em reuniões oficiais com as pastas de Economia (33), de Meio Ambiente (4), de Justiça e Segurança Pública (1) e de Educação (1). Também foram realizados três encontros com o vice-presidente da República Hamilton Mourão e um com o presidente Jair Bolsonaro, em 4 de julho de 2019. Naquela oportunidade, Bolsonaro fez questão de frisar a aliança explícita com o setor: “Esse governo é de vocês”.¹⁷

Em março de 2020, um vídeo pró-agronegócio produzido pelo IPA foi postado pelo presidente em suas redes sociais. Segundo informações obtidas via Lei de Acesso à Informação, o Mapa foi responsável por fornecer informações para sua produção.¹⁸

Questionada, a Coordenação-Geral de Imprensa do Mapa informou que “a relação [do Instituto Pensar Agro] com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento é no sentido de fornecer subsídios e informações relevantes para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do setor”. Ainda segundo a nota: “O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realiza periodicamente reuniões técnicas com representantes de entidades públicas e privadas do setor produtivo agropecuário para colher subsídios e informações relevantes para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do setor”.



**Frigorífico JBS lidera
“agrolobby” em Brasília.
(Foto: MPT/RS)**

JBS, BASF, Bayer e Cargill lideram financiamento

A coordenação do IPA fica à cargo do agrônomo João Henrique Hummel Vieira, diretor executivo do instituto desde 2008 — três anos antes de sua criação oficial. Dono de uma empresa de relações governamentais, Hummel foi o responsável, em dezembro de 2017, por expulsar a equipe de reportagem do De Olho nos Ruralistas da mansão do instituto — hoje ocupada pela Aprosoja BR —, após parlamentares sentirem-se incomodados com perguntas sobre mudanças climáticas.¹⁹

Em uma simples pesquisa nas redes sociais não é difícil encontrar seu nome relacionado à entidade, seja como consultor técnico da frente parlamentar ou como diretor técnico do instituto. Essa representatividade é explícita tanto em comissões dentro do Congresso como em entrevistas a veículos de imprensa. E também junto ao governo federal: Hummel participou de 35 reuniões oficiais do IPA com os ministérios da Agricultura, Economia, Meio Ambiente e Educação. Em algumas delas, sua participação se deu como consultor em agendas temáticas.

Por trás dessa atuação, se esconde uma concentração de poder e influência que recai sobre um punhado de grandes corporações. Das mais de mil empresas que integram a rede de financiamento do IPA, 105 atuam em mais de uma entidade ao mesmo tempo. Destas, 35 estão em pelo menos três associações simultaneamente. Em outras palavras, essas empresas possuem um peso maior na cadeia de financiamento ao IPA. Primeiro, por contribuírem financeiramente em várias entidades setoriais que, como vimos, ajudam na manutenção do lobby ruralista em Brasília com uma cota mensal. Segundo, porque seus interesses possuem peso multiplicado dentro dessa estrutura, ao exercer sua influência política em várias frentes.

EMPRESAS VINCULADAS AO INSTITUTO PENSAR AGRO, POR FILIAÇÃO



FONTE: SITE DAS ASSOCIAÇÕES | **ELABORAÇÃO:** DE OLHO NOS RURALISTAS

É o caso do frigorífico brasileiro JBS, maior produtor de proteína animal do mundo, filiado a sete associações. São elas: Abag, Abiove, Abia, Abiec, Abisol, ABPA e Sindirações. Dentre elas, a empresa dos irmãos Wesley e Joesley Batista possui ligações mais fortes com a Abiec, atualmente presidida por Antônio Jorge Camardelli, ex-diretor de estratégia empresarial da JBS e membro da diretoria do IPA.

Em seguida, aparece a Agroceres, companhia brasileira presente em seis entidades: Abag, ABPA, Abisol, CropLife, Sindan e Sindirações. Nesta última, o grupo ocupa também a presidência executiva, ditando os rumos do lobby do setor de ração animal. O CEO da Agroceres, Ricardo Araújo Ribeiral,²⁰ é membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que teve participação direta no impeachment da presidente Dilma Rousseff e tornou-se aliada de primeira hora de Jair Bolsonaro, juntando-se ao IPA em 2019.

Depois, aparece a agroquímica alemã Basf, presente em cinco associações: Abag, ABBA, CropLife, Sindirações e Unem. Em abril de 2022, a empresa discutiu, durante reunião de acionistas na Alemanha, o risco reputacional de sua permanência no IPA.²¹ O relatório, publicado em alemão, cita o levantamento realizado em 2019 pela equipe do De Olho nos Ruralistas no tópico sobre a existência de “dois padrões” em relação ao tratamento de produtos para o mercado europeu, mais regulado, e para o Sul global, em especial o Brasil, onde a empresa reconhece ter atuado anteriormente para flexibilizar a legislação sobre pesticidas.²²

Com participação em quatro associações (Abag, Abiove, Abia e ABPA), aparece a processadora de grãos suíça Cargill. No Brasil desde 1965, a empresa é hoje a principal exportadora de soja do país, controlando as marcas Elefante e Liza. Com um modelo de negócios verticalizado, a Cargill atua desde a comercialização até o transporte. Neste último segmento, a empresa detém quatro terminais portuários próprios e participa de três joint ventures. Em 2020, o relatório *Complicity in Destruction*, uma parceria entre a ONG Amazon Watch e De Olho nos Ruralistas, revelou que a multinacional mantinha entre seus fornecedores cadastrados nos municípios de Santarém (PA) e Mojuí dos Campos (PA) fazendeiros acusados de sobreposição e grilagem sobre a Terra Indígena Munduruku do Planalto.²³ Os latifundiários contestam a demarcação do território em função da ampliação do plantio de soja na região, iniciado com a construção do terminal-graneleiro da Cargill, em 2008. Em resposta, a empresa afirmou não ter relação com a ação reivindicatória contra o povo Munduruku e que trabalha para promover a “sustentabilidade de toda a cadeia de abastecimento da soja”.²⁴



Mulheres do MST protestam contra liberação de agrotóxicos e transgênicos. (Foto: Divulgação/MST)

Em junho de 2019, a Cargill anunciou a criação de um plano de US\$ 30 milhões para combater o desmatamento ligado à cadeia da soja no Matopiba, região que abrange as últimas áreas de Cerrado dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Oeste da Bahia. O projeto era uma primeira sinalização por parte da trader de adesão à ideia da extensão da Moratória da Soja para o Cerrado, uma demanda antiga de movimentos socioambientais que atuam no bioma. A proposta, no entanto, foi prontamente derrubada pela articulação da Aprosoja que, através da Abiove — onde a Cargill ocupa a vice-presidência —, forçou um recuo da multinacional. Desde então, a empresa vem se posicionando contrária ao tema.

Junto à Cargill, com o mesmo número de filiações, aparecem três empresas dos Estados Unidos: Alltech, de agrotóxicos; Stoller, de fertilizantes; e Elanco, de saúde animal. Esta última concluiu, em 2020, a compra da unidade de saúde animal da Bayer, em um negócio de US\$ 5,17 bilhões.²⁵

O conglomerado alemão puxa a sequência de empresas vinculadas a três associações do IPA. Além dele, fazem parte dessa lista outras 26 corporações, dentre as quais estão as processadoras de soja Bunge, Cofco e LDC, as indústrias de alimentos Nestlé e BRF, e as fabricantes de pesticidas e sementes Syngenta, Corteva e Sumitomo.

EUA, China, Japão e Europa sediam a maioria das financiadoras

Ao todo, empresas de capital estadunidense ocupam 40 assentos em entidades ligadas ao Instituto Pensar Agro. Dentre elas, estão indústrias tradicionais do setor, como a Archer-Midland Daniels (ADM) que, além do processamento e venda de soja e milho, atua também no setor de biocombustíveis. Conforme seu relatório mais recente à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, a companhia possui US\$ 781 milhões em bens sediados no Brasil.²⁶ Também fazem parte do IPA empresas norte-americanas fabricantes de agrotóxicos, como a FMC, envolvida em violações à legislação ambiental para pesticidas nos Estados Unidos;²⁷ de produtos para pets, como a Mars Petcare, dona das marcas Pedigree e Whiskas; e até seguradoras, como as filiais dos grupos AIG e Liberty no Brasil.

Companhias da China e do Japão somam 31 participações, com destaque para a presença de tabagistas destes países no instituto – como a japonesa JTI International, controladora das marcas Camel e Winston, e a maior fabricante de cigarros do planeta, China Brasil Tabaco, alvo de denúncias trabalhistas no país.²⁸

Seguem-se a elas empresas alemãs e francesas, que respondem pelas maiores participações europeias no IPA. Grupos dos dois países ocupam 29 assentos em associações ligadas ao Pensar Agro. Na lista, além das já citadas Basf e Bayer, estão as francesas Danone e Louis-Dreyfus Company. Integram ainda a lista de companhias europeias financiadoras da boiada fabricantes de máquinas agrícolas, como a italiana CNH Industrial, dona das marcas CASE, Iveco e New Holland, além de instituições financeiras, como os bancos Santander, da Espanha, e UBS, da Suíça, ambos credores de empresas de carne, soja e agrotóxicos no Brasil.

Posicionamento das empresas

A equipe do De Olho nos Ruralistas procurou as empresas citadas para comentar os dados apresentados no relatório. A Basf afirmou buscar um diálogo construtivo com as partes interessadas, sendo membro de várias associações, como a associação do setor agro CropLife International e seus representantes nacionais, incluindo a CropLife Brasil. Sobre a relação com o lobby em Brasília, a empresa afirmou que “os formuladores de políticas públicas solicitam proativamente opiniões de especialistas e às entidades setoriais e empresas ativas na agricultura são algumas das muitas vozes que eles ouvem”. E complementa: “Nesse contexto, seguimos rigorosamente nosso Código de Conduta Global, seus valores fundamentais e as regras e princípios nele estabelecidos”.

A Bayer, por sua vez, informou que “mantém diálogos transparentes com autoridades públicas dos países onde atua e com as entidades que representam seus clientes e os demais elos da cadeia da agricultura, assim como também participa ativamente de debates na sociedade e acompanha de perto o desenvolvimento de políticas públicas”. A empresa diz ainda que suas interações com o poder público “são normatizadas pela legislação federal e por políticas internas da própria companhia”.

O frigorífico JBS informou que a empresa “participa de várias associações e entende que é importante contribuir para o debate pelo desenvolvimento do setor”. “Como parte desse diálogo, se reúne também com autoridades públicas sempre conforme as legislações em vigor”, prossegue a nota. Sobre sua participação no IPA, a JBS informa que as questões a respeito da atuação do instituto “devem ser encaminhadas às entidades que [o] financiam”.

Da mesma forma, a trader Cargill repassou o pedido de informação sobre sua relação com o IPA diretamente à Abiove, entidade em que ocupa a vice-presidência.

A íntegra das respostas pode ser acessada neste [link](#).

2. AS CAMPEÃS DO LOBBY



Foto: Reprodução/Brasil de Fato

PL do Veneno é prioridade para indústria

Além de integrar as associações que financiam as atividades do IPA e da bancada ruralista, as multinacionais do agronegócio também fazem lobby por conta própria. As reuniões que constam na agenda oficial de autoridades são uma forma de medir a influência desses grupos junto ao Executivo. Não é incomum ou ilegal que o setor privado se reúna com membros do governo, mas a frequência desses encontros e as esferas hierárquicas envolvidas denotam quem possui maior poder de barganha na esfera federal.

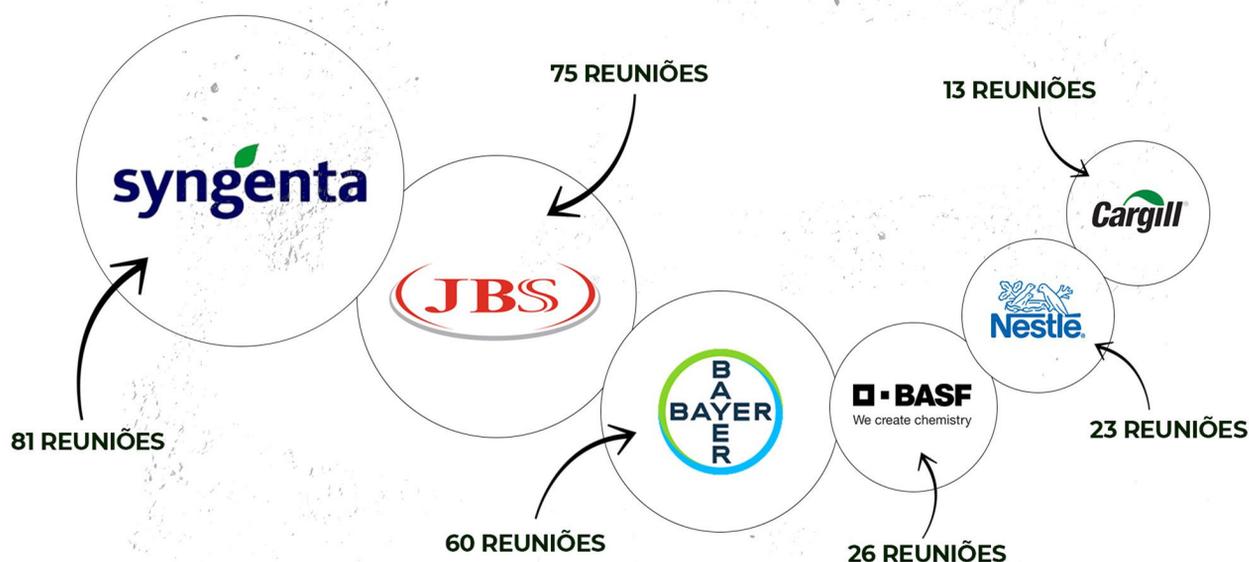
Segundo levantamento realizado pelo De Olho nos Ruralistas, a campeã em encontros com o governo federal entre janeiro de 2019 e junho de 2022 foi a fabricante de agrotóxicos e sementes transgênicas Syngenta. Ao todo, foram 81 reuniões para tratar de assuntos regulatórios e temas ligados à “inovação e sustentabilidade”, implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (PEPs) e a extensão do uso de fungicidas para o plantio de cacau.²⁹

Comprada pela estatal ChemChina em 2017, a Syngenta está diretamente ligada ao PL do Veneno. Isso porque o deputado federal Luiz Nishimori (PL-PR), relator do Projeto de Lei 6.299/02, assinou em dezembro de 2020 um acordo para encerrar amigavelmente uma dívida de R\$ 1,5 milhão que sua empresa, a Mariagro Agrícola, mantinha com a multinacional.³⁰

A representação de multinacionais do setor químico é um capítulo à parte. Com 1.682 novos agrotóxicos aprovados desde o início de seu governo,³¹ Jair Bolsonaro mantém uma relação amistosa com a principal associação do setor, a CropLife Brasil. Em 6 de julho de 2021, a entidade se reuniu com o Secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, José Guilherme Tollstadius Leal, para discutir uma nova política de “autocontrole” pelas empresas do setor, isto é, os próprios produtores ficam responsáveis por supervisionar o cumprimento de normas sanitárias, reportando ao Mapa sem a necessidade de fiscalização periódica nas plantas.³² Dois meses antes, em maio, o presidente da entidade, Christian Lohbauer, foi ao Ministério acompanhado de representantes das multinacionais BASF, Bayer, Corteva, Ihara e Syngenta para falar sobre a experimentação em campo na fase inicial de pesquisa de novas moléculas.³³ Pela legislação brasileira, a testagem de novos agrotóxicos é restrita, durante a fase inicial de pesquisa, à análise laboratorial. Lohbauer, aliás, foi vice-presidente de assuntos corporativos da Bayer no Brasil até 2018.³⁴

Outra área estratégica de atuação do setor se dá na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), autarquia responsável pela aprovação de organismos geneticamente modificados no Brasil. Em agosto de 2020, por exemplo, a então ministra Tereza Cristina convocou a formação de lista tríptica para indicação de um especialista titular em biotecnologia para o órgão. Em menos de um mês, BASF e Bayer garantiram, juntas, um encontro com o governo para “tratar sobre informações referentes à portaria 252”. A reunião ocorreu com o diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério, que integra o mesmo setor responsável pelo envio dos nomes que entram na CTNBio. Ao final, foi indicado para a vaga de especialista em biotecnologia Hugo Molinari, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e diretor de tecnologia na Sempre AgTech, fabricante de sementes híbridas de milho.

MULTINACIONAIS CAMPEÃS EM REUNIÕES OFICIAIS COM O MAPA, 2019-2022



FONTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA) | ELABORAÇÃO: DE OLHO NOS RURALISTAS

Influência de multinacionais alcança alto escalão

O segundo lugar dentre as empresas mais recebidas pelo Mapa entre janeiro de 2019 e junho de 2022 pertence à brasileira JBS. Com 75 reuniões realizadas com membros do governo, o frigorífico possui interesse direto na aprovação do PL 1293/21, que estabelece o “autocontrole” de empresas privadas para defesa agropecuária, tema de uma das reuniões. Além deste tema, a JBS também manteve encontros para tratar de um incidente de vazamento de amônia ocorrido em fevereiro de 2021, em uma unidade do frigorífico em Pimenta Bueno (RO). Na época, a carne contaminada com o gás foi destinada à comercialização, sendo apreendida pouco antes de chegar às gôndolas. A empresa responde a um processo sobre o caso no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e é investigada pelo Ministério da Justiça.

Em 2017, a empresa foi um dos frigoríficos investigados durante a Operação Carne Fraca, que apurou o pagamento de propinas a fiscais agropecuários do Mapa com o propósito de liberar a venda de produtos adulterados e carnes vencidas.³⁵ O aumento de casos de fraudes sanitárias é uma das principais queixas da sociedade civil em relação ao projeto do “autocontrole” defendido pelo setor frigorífico.³⁶

Em seguida, na terceira posição, aparece a gigante alemã Bayer. Entre janeiro de 2019 e abril de 2022, representantes da multinacional se reuniram pelo menos 60 vezes com funcionários do Mapa. Um número bastante superior ao da competidora BASF, que teve 26 encontros oficiais. Mas a proximidade da Bayer com o governo e associações do agronegócio não pode ser medida apenas pelo número de reuniões, mas pelo prestígio dos interlocutores.



**Bolsonaro e Tereza Cristina:
um governo pró-agronegócio.
(Foto: Divulgação/PR)**

Além das reuniões no âmbito do Mapa, a empresa teve um encontro presencial com o Presidente da República, Jair Bolsonaro, em outubro de 2019, em São Paulo, no qual esteve presente o CEO global da companhia, Werner Baumann. A reunião ocorreu durante um evento promovido pela Apex-Brasil, em que tanto o Presidente quanto o CEO foram palestrantes. Um mês antes, o assessor especial do Presidente da República Filipe Garcia Martins Pereira se reuniu com a então Chefe de Assuntos Públicos, Silvia Menicucci. Em julho de 2020, executivos da empresa realizaram uma videoconferência com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão. A pauta não foi especificada na agenda.

Em 2022, foi a vez da ministra Tereza Cristina prestigiar a empresa ao participar de um vídeo produzido pela Bayer, postado em um dos canais oficiais da companhia, para falar sobre seguro rural. Também participou do vídeo o diretor do Departamento de Política Agrícola e Seguro Rural do Mapa, Pedro Loyola. Questionada, a Coordenação-Geral de Imprensa do Ministério se resumiu a dizer que a entrevista concedida pela ex-ministra foi para “prestar informações sobre as políticas públicas realizadas por este Ministério, especialmente sobre o Programa de Seguro Rural”.

A Bayer também aparece como a única empresa privada convidada para um evento promovido pelo Ministério do Meio Ambiente. No dia 27 de outubro de 2021, Silvia Menicucci esteve junto a representantes do Banco do Brasil, do IPA, da CNA e da Abrapa para o lançamento do programa Floresta+ AGRO. Segundo registro realizado pela recepção da entrada privativa do Mapa, “aparentemente em evento promovido pelo Gabinete do Ministro”, conforme informou a pasta via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Bayer participou em reuniões “fora da agenda”

Os dados colhidos pelo observatório para elaboração do ranking levam em conta apenas as reuniões que constam em agenda oficial. Registros de entrada e saída da portaria do Ministério obtidos por meio da LAI, no entanto, revelam que estes encontros ocorrem, por vezes, fora da esfera oficial.

Silvia Menicucci, que foi Chefe do Escritório de Assuntos Públicos e Sustentabilidade da Bayer em Brasília, atuou como lobista da empresa e esteve presente em inúmeras reuniões da agenda oficial junto ao Mapa. Aparece também, contudo, em visitas presenciais ao Ministério fora dos registros.

Entre 2018 e fevereiro de 2022, quando deixou o cargo na multinacional para assumir a superintendência de relações institucionais do banco Santander, a lobista esteve presencialmente 31 vezes no Ministério da Agricultura - sendo 25 desde 2019 - conforme mostram os registros de entrada e saída da portaria do Ministério obtidos via LAI. Desse total, 16 não aparecem em registros da agenda oficial. Já na Câmara dos Deputados, a executiva esteve 14 vezes entre 2018 e 2019.

Outro fator importante do lobby de uma companhia é o chamado efeito porta-giratória: quando membros que já atuaram no governo se tornam funcionários da empresa, aproveitando o conhecimento da máquina estatal para navegar com mais facilidade. Antes de atuar junto à Bayer, Menicucci trabalhou no governo federal: foi funcionária da Apex-Brasil, agência ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre 2008 e 2014.³⁷

Em resposta ao pedido de informações para o relatório, a Bayer informou que, “sejam elas presenciais ou virtuais, [as audiências] são formalmente solicitadas aos órgãos com quem a empresa mantém interações”. A nota continua: “Essas solicitações são feitas por meio dos canais institucionais de comunicação da empresa e do órgão público em questão, e nelas constam os nomes dos representantes da empresa que irão participar da audiência, bem como o tema a ser tratado. Essas interações são normatizadas pela legislação federal e por políticas internas da própria companhia”. Confira [aqui](#) a resposta na íntegra.

Procurado sobre este ponto, o Ministério da Agricultura não se pronunciou.

3. SETOR FINANCEIRO SE ESCONDE ATRÁS DA BOIADA



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

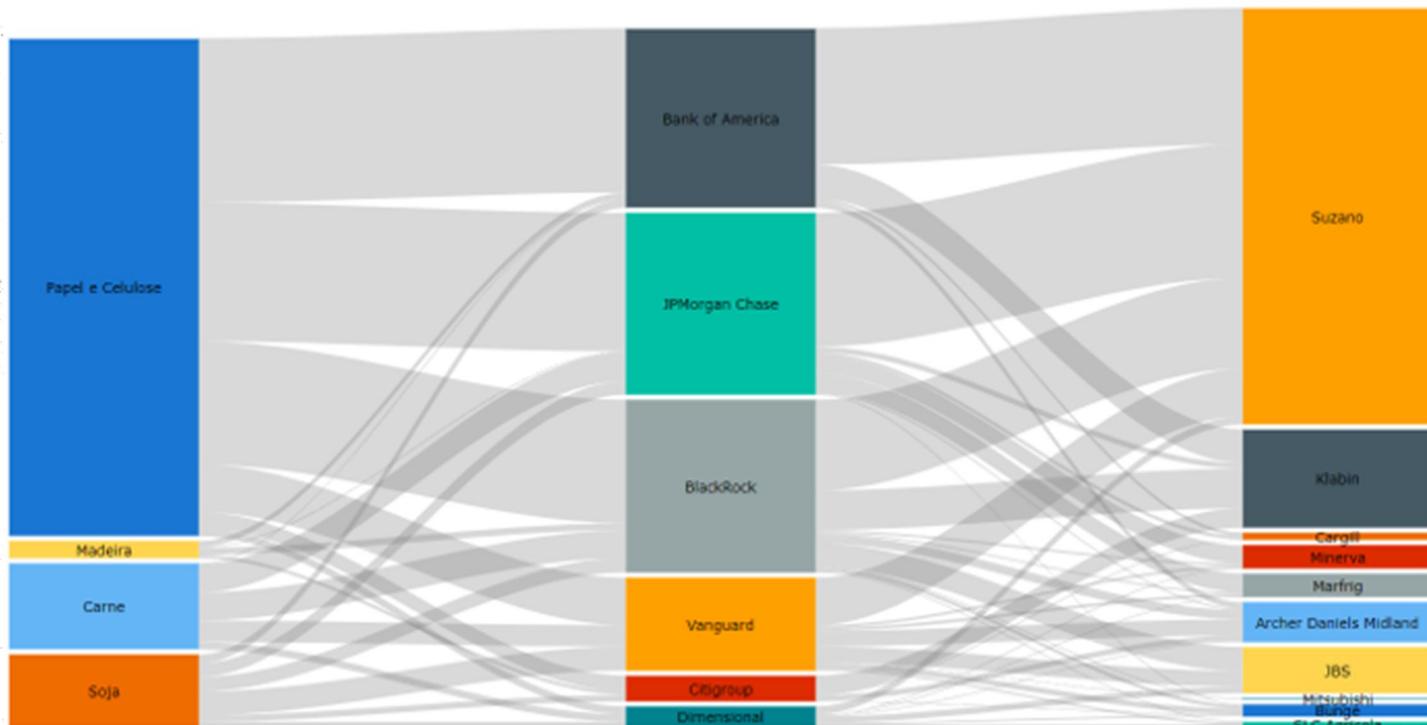
Fundos dos EUA e UE mantêm lobby ruralista

Desde 2019, com a disparada nos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia, o capital financeiro mundial vem tentando, sem sucesso, refrear o ímpeto antiambiental do presidente Jair Bolsonaro. Não faltaram editoriais ácidos contra o governo brasileiro no influente Financial Times, nem promessas de boicote contra o país se o desmatamento da Amazônia não fosse revertido.³⁸ As operações de grandes bancos, corretoras e fundos de investimento estrangeiros, no entanto, mostram um outro lado dessa história.

Entre 2019 e 2020, grandes investidores globais aportaram mais de US\$ 27 bilhões em empresas associadas ao Instituto Pensar Agro. A cifra bilionária inclui compras de ações por fundos soberanos, concessões de empréstimos e crédito por grandes bancos, renegociações de dívidas, emissões de títulos baseados nos chamados princípios ESG, entre outras operações financeiras. Com base em dados compilados pela Coalizão Florestas & Finanças, De Olho nos Ruralistas identificou os principais fundos de investimento relacionados ao ecossistema do lobby ruralista em Brasília.³⁹

No mesmo período, grupos europeus negociaram o equivalente a pouco mais de US\$ 5,5 bilhões. A maior parte, derivada de investidores da Espanha, França, Noruega e Reino Unido. Multado pelo governo brasileiro em 2016 por financiar produtores de soja e de milho em áreas proibidas na Amazônia,⁴⁰ o banco Santander, membro da Abag, negociou mais de US\$ 250 milhões apenas em cotas e títulos da JBS e Marfrig. Considerando outros setores, como o de celulose e soja, o banco espanhol movimentou mais de US\$ 700 milhões em ações, concessão de crédito, empréstimos e repasse de títulos ESG. Já os bancos britânicos Barclays e Standard Chartered investiram quase US\$ 200 milhões em operações da Cargill e da estatal chinesa Cofco no Brasil. Além destes, destaca-se a atuação do fundo de pensões governamentais da Noruega, que movimentou mais de US\$ 416 milhões junto à Suzano e na processadora de grãos ADM. Fundos similares, da vizinha Suécia, também negociaram com Bunge e JBS. O AP7 e KLP são os mesmos fundos que, em maio de 2021, assinaram uma carta demandando ações imediatas contra o desmatamento na Amazônia, elaborada pelo Retail Soy Group.⁴¹

FINANCIAMENTO A EMPRESAS DO INSTITUTO PENSAR AGRO, POR FONTE (EM US\$ MILHÕES)



FONTE: FORESTS & FINANCE | ELABORAÇÃO: HUGO NICOLAU BARBOSA DE GUSMÃO/DE OLHO NOS RURALISTAS

FINANCIAMENTO A EMPRESAS DO INSTITUTO PENSAR AGRO, POR PAÍS DE ORIGEM (EM US\$ MILHÕES)



FONTE: FORESTS & FINANCE | ELABORAÇÃO: HUGO NICOLAU BARBOSA DE GUSMÃO/DE OLHO NOS RURALISTAS

JBS recebe aportes de paraísos fiscais

A enxurrada de dólares despejada pelo mercado financeiro em empresas associadas ao IPA também passa por paraísos fiscais. São países de legislação fiscal menos transparente, propícios para a evasão de divisas, lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio em escala global. Na teia do IPA constam negócios com investidores registrados em famosos paraísos fiscais, como Bermudas, e também em países com leis similares, consideradas menos exigentes por economistas – como a Holanda.

Balcão de negócios desde a época das grandes navegações, o país europeu abriga investidores responsáveis por mais de US\$ 1,2 bilhão em negócios com empresas do IPA. De janeiro de 2019 a abril de 2021, o banco holandês ING Group investiu sozinho mais de US\$ 175 milhões em financiadoras indiretas do Instituto Pensar Agro, com destaque para a chinesa Cofco. Já o principal fundo de pensões holandês, chamado ABP, injetou outros US\$ 130 milhões em empresas do IPA, a maior parte destinada a frigoríficos como JBS, Marfrig e Minerva.

O capital da JBS também conta com investimentos intermediados no arquipélago de Bermudas. Lá estão registradas as corretoras privadas como Fidelity International e Lazard, responsáveis por mais de US\$ 60 milhões em ações e títulos da JBS. Em menor quantia, ambas também negociaram ações da Bunge em 2021.

Faturamento de empresas alcança R\$ 1,47 tri

As empresas e associações que compõem a estrutura de financiamento não são meras coadjuvantes no mercado global. De Olho nos Ruralistas analisou os resultados financeiros publicados para os exercícios fiscais de 2019 e 2020 de 128 companhias que integram a cadeia de financiamento do IPA. Somadas, estas possuem um faturamento anual combinado de R\$ 1,474 trilhão.⁴²

O montante não inclui as receitas obtidas pelas corporações em outros países onde elas atuam. Algumas, mesmo sendo de capital aberto, especificam somente as vendas e os lucros totais, ou por continente. A soma também não engloba as cifras correspondentes a instituições financeiras.

Mesmo assim, a receita é maior que o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal, 47º do mundo e estimado em US\$240,901 bilhões (R\$ 1,242 trilhão), e que o PIB da Finlândia, 43º, que fechou em US\$ 274,21 bilhões (1,413 trilhão), segundo dados de 2020 do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para uniformizar os valores, o observatório utilizou a taxa de câmbio média informada pelo Banco Central (Bacen) para o ano.⁴³

Dentre as empresas analisadas, 47 integram a lista das “100 maiores do agronegócio”, compilada pela revista Forbes.⁴⁴ Conforme a revista, elas apresentam, no total, receita líquida anual superior a R\$ 1 trilhão. O levantamento da Forbes tem como base informações da agência Standard & Poor’s, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e da consultoria Economatica.

A lista de financiadoras indiretas do IPA inclui as dez primeiras colocadas no ranking da publicação. A líder é a JBS, maior processadora de carnes do mundo, que atingiu, em 2020, receita recorde de R\$ 270,2 bilhões, um crescimento de 32% em relação a 2019. Na sequência, estão Raízen (R\$ 120,6 bi), Cosan (R\$ 68,6 bi), Marfrig (R\$ 67,5 bi), Cargill (R\$ 67,2 bi), Ambev (R\$ 58,4 bi), Bunge (R\$ 50,5 bi), Copersucar (R\$ 38,7 bi) BRF (R\$ 33,5 bi) e Cofco (R\$ 33,22 bi).

Os demonstrativos financeiros evidenciam que, apesar do empobrecimento da população e do aumento da fome, para o setor não houve crise. O PIB do agronegócio fechou 2021 com uma expansão de 8,3% na comparação com 2020, de acordo com a CNA. No ano anterior, o setor havia registrado um índice recorde de 24,31% de crescimento em relação a 2019.⁴⁵

Discurso “verde” esbarra no financiamento ao IPA

A participação direta de grandes corporações internacionais no lobby ruralista através do Instituto Pensar Agro contrasta diretamente com o discurso “verde” adotado por essas empresas.

Ao todo, 30 fazem parte da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, uma aliança entre setor privado e organizações não-governamentais (ONGs) para reduzir a emissão de gases do efeito estufa oriundas do desmatamento e de atividades econômicas intensivas, como a agropecuária.⁴⁶ Fazem parte dessa lista as traders Cargill, ADM e Amaggi, os frigoríficos JBS e Marfrig, as fabricantes de agrotóxicos Bayer e Basf, além das fabricantes de celulose associadas ao Ibá (Suzano, Cenibra, CMPC Celulose Riograndense, Duratex, Eldorado Brasil, Gerdau, Klabin, Melhoramentos e Veracel). Também integram a coalizão instituições financeiras como Itaú BBA, Santander e Rabobank, filiadas à Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Além da Abag, outras cinco entidades compõem da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura: Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) e Indústria Brasileira de Árvores (Ibá).

O diálogo com as ONGs ambientais é um dos principais pontos de atrito dentro do IPA. Em novembro de 2020, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja BR) anunciou sua desfiliação da Abag após a entidade endossar uma carta da Coalizão ao presidente Jair Bolsonaro exigindo um controle mais rígido sobre o desmatamento na Amazônia.⁴⁷

Tradicionalmente, os presidentes da Frente Parlamentar da Agropecuária são convidados para discursar nos congressos anuais da Abag. Na edição de 2021, cujo tema foi “Nosso Carbono é Verde” e que contou com patrocínio da B3 Bovespa, o atual presidente da bancada, o deputado federal Sergio Souza (MDB-PR), discursou sobre sustentabilidade, repetindo chavões ruralistas sobre o “agronegócio verde” e defendendo a aprovação do marco temporal e do PL da Grilagem para garantir “segurança jurídica” ao setor.⁴⁸

Apesar da ampla repercussão dos dados levantados em 2019 pelo De Olho nos Ruralistas, apenas uma empresa se posicionou à época: em comunicado oficial, a fabricante de carnes e embutidos Ceratti declarou desconhecer a participação da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) no Instituto Pensar Agro. Segundo a empresa, após a revelação, as relações comerciais com a entidade foram cortadas.⁴⁹



Porto da Cargill em Santarém despertou conflitos com povo Munduruku.
(Foto: Divulgação/Cargill)

4. RESISTINDO À BOIADA



Foto: Divulgação/Anmiga

Os dados apresentados neste relatório evidenciam a conexão profunda existente entre as empresas do agronegócio e o lobby ruralista em Brasília. Essa conexão vai muito além do financiamento repassado através das associações do setor. Como foi visto, as grandes corporações agropecuárias, em especial as multinacionais, não são atores passivos dentro da estrutura do IPA. Elas comandam as ações de incidência, seja através das associações nas quais possuem maior influência, seja reunindo-se diretamente com governo e parlamentares.

Ocorre que, desde 2018, com o fim do financiamento de campanhas políticas por empresas privadas, essas relações de poder e influência tornaram-se muito mais subjetivas. Afinal, não é ilegal que um agente público se reúna e ouça as demanda do setor privado. A diferença está, principalmente, na facilidade com que estas empresas têm acesso ao alto escalão do Executivo, enquanto movimentos sociais – em especial os do campo – dificilmente são ouvidos. Essa diferença se acentua ainda mais durante o governo de Jair Bolsonaro, no qual indígenas, camponeses, quilombolas e ambientalistas são vistos como inimigos do progresso que, na ótica bolsonarista, é representado pelo agronegócio.

Esse ocultamento também se dá nas relações com o Legislativo. A estrutura de financiamento indireto ao IPA, intermediada pelas associações, esconde o verdadeiro papel das empresas no lobby ruralista. Apesar da própria razão da existência de uma entidade de classe ser a representação dos interesses de um setor e de seus atores, muitas vezes estas são vistas como agentes autônomos, o que não corresponde ao que se passa na realidade.

As organizações que compõem o IPA existem unicamente para atender aos interesses de suas associadas. Mais que isso: quaisquer decisões tomadas passam pelo crivo das empresas que integram seu conselho diretivo. É o caso da Abiove, representante das processadoras de grãos, cujo conselho é comandado pelo ex-ministro da Agricultura e dono da Amaggi, Blairo Maggi, e pelo presidente da Cargill, Paulo Sousa. Ou ainda da Abimaq, que apesar de representar centenas de indústrias de máquinas e equipamentos, ingressou no IPA sob a presidência de João Carlos Marchesan, fabricante de plantadeiras e colheitadeiras, e tendo sua diretoria composta por executivos da Caterpillar e Jacto Máquinas Agrícolas – esta última, conhecida por patrocinar os atos antidemocráticos de 7 de setembro de 2021.⁵⁰

Essas empresas não apenas financiam o IPA; elas são o IPA. E são, por sua vez, também responsáveis pela agenda de retrocessos engendrada pela Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso. Portanto, a luta para impedir a aprovação do PL do Licenciamento Ambiental, do PL do Marco Temporal, do PL do Veneno, do PL da Mineração em Terras Indígenas e de tantos outros projetos que impactam a defesa do meio ambiente e os direitos de povos e comunidades tradicionais deve levar em conta o apoio empresarial a essas propostas. Deve considerar que o papel das multinacionais do agronegócio vai muito além do lobby: são elas próprias as financiadoras da boiada.

REFERÊNCIAS

- [1] El País Brasil, "Investigado, Ricardo Salles deixa comando do Meio Ambiente em meio a desmatamento recorde", 23.jun.2021, <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-23/investigado-ricardo-salles-deixa-comando-do-meio-ambiente-em-meio-a-desmatamento-recorde.html>
- [2] De Olho nos Ruralistas, "Nova Frente Parlamentar da Agropecuária reúne 257 deputados e senadores; com 25, PSL de Bolsonaro só fica atrás de PP e PSD", 22.mar.19, <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>
- [3] Reuters, "Bolsonaro's 'land grab' bill passes Brazil's lower house", 3.ago.21, <https://www.reuters.com/world/americas/bolsonaros-land-grab-bill-passes-brazils-lower-house-2021-08-04/>
- [4] Observatório do Clima, "Câmara aprova "mãe de todas as boiadas", o fim do licenciamento", 13.mai.22, <https://www.oc.eco.br/camara-aprova-mae-de-todas-as-boiadas-o-fim-do-licenciamento/>
- [5] Science Mag, "Brazilian pesticides law could poison the world", 21.abr.22, <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abo6942>
- [6] Mongabay, "Brazil Congress fast-tracks 'death package' bill to mine on Indigenous lands", 15.mar.22, <https://news.mongabay.com/2022/03/brazil-congress-fast-tracks-death-package-bill-to-mine-on-indigenous-lands/>
- [7] De Olho nos Ruralistas, "Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária", 21.mai.2019, <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>
- [8] Instituto Pensar Agro, Regimento Interno, <https://www.pensaragro.org.br/regimento-interno-do-ipa/>
- [9] Instituto Pensar Agro, 2021, <https://www.pensaragro.org.br/entidades/>
- [10] CNA, "CNA e Instituto Pensar Agro assinam acordo de cooperação técnica", 11.dez.19, <https://www.cnabrasil.org.br/noticias/cna-e-instituto-pensar-agro-assinam-acordo-de-cooperacao-tecnica>
- [11] O Joio e o Trigo, "Documento mostra quem são, quais os interesses e como operam os representantes do agronegócio em Brasília", 13.set.21, <https://ojoioeotriogo.com.br/2021/09/documento-mostra-quem-sao-quais-os-interesses-e-como-operam-os-representantes-do-agronegocio-em-brasilia/>
- [12] Abimaq, Conselho de Administração, 2022, <https://abimaq.org.br/a-abimaq>
- [13] Abia, Associados, 2022, <https://www.abia.org.br/associados>
- [14] Levantamento exclusivo realizado pelo De Olho nos Ruralistas com base na lista de associadas dentre as 48 associações que compõem o Instituto Pensar Agro
- [15] Congresso em Foco, "Tereza Cristina deu incentivo fiscais à JBS quando era secretária estadual", 18.nov.18, <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/tereza-cristina-deu-incentivo-fiscais-a-jbs-quando-era-secretaria-estadual/>
- [16] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, "Agenda de Autoridades", <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/agendas>
- [17] O Eco, "'Esse governo é de vocês", diz Bolsonaro a Ruralistas", 4.jul.19, <https://beco.org.br/noticias/esse-governo-e-de-voce-diz-bolsonaro-a-ruralistas/>
- [18] Facebook, Jair Messias Bolsonaro, 23.nov.20, <https://web.facebook.com/watch/?v=203951414683271>
- [19] De Olho nos Ruralistas, "Almoço da bancada ruralista tem ira de deputados e expulsão de repórteres", 04.dez.16, <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/04/almoço-da-banca-da-ruralista-tem-ira-de-deputados-e-expulsao-de-reporteres/>
- [20] Sindirações, "Nova Gestão do Sindirações – 2019/2022", <https://sindiracoes.org.br/nova-gestao-do-sindiracoes-2019-2022/>
- [21] BASF, "Gegenanträge und Wahlvorschläge", April 2022, https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache%3A6zz_GhNfFrQJ%3Ahttps%3A%2F%2Fwww.basf.com%2Fglobal%2Fdocuments%2Fde%2Finvestor-relations%2Fcalendar-and-publications%2Fannual-shareholders-meeting%2F2022%2FGegenantraege_und_Wahlvorschlaege_220414.pdf%20&cd=48&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- [22] Friends of the Earth Europe, "Toxic trading: The EU pesticide lobby's offensive in Brazil", Abril 22, <https://friendsoftheearth.eu/publication/toxictrading/>
- [23] De Olho nos Ruralistas, "Cargill compra soja de fazendas sobrepostas a território indígena em Santarém (PA)", 27.out.20, <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27-cargill-compra-soja-de-fazendas-sobrepostas-a-territorio-indigena-em-santarem-pa/>
- [24] De Olho nos Ruralistas, "Em nota, Cargill informa não ter relação com ação questionando demarcação da TI Munduruku do Planalto Santarém", 27.out.20, <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/em-nota-cargill-informa-nao-ter-relacao-com-acao-questionando-demarcacao-da-ti-munduruku-do-planalto-santareno/>
- [25] Bayer, "Bayer conclui a venda da unidade de negócio de Saúde Animal à Elanco", 2.ago.20, <https://www.bayer.com.br/pt/midia/bayer-conclui-a-venda-da-unidade-de-negocio-de-saude-animal-a-elanco>
- [26] ARCHER-DANIELS-MIDLAND COMPANY, Annual Report 2020, <https://www.sec.gov/ix?doc=/Archives/edgar/data/7084/000000708421000008/adm-20201231.htm>

REFERÊNCIAS

- [27] Globo Rural, "FMC paga multa de US\$ 1 milhão por supostas violações envolvendo pesticida nos EUA", 21.dez.17, <https://globo.rural.globo.com/Noticias/noticia/2017/12/fmc-paga-multa-de-us-1-milhao-por-supostas-violacoes-envolvendo-pesticida-nos-eua.html>
- [28] The Intercept Brasil, "Dívidas e doenças: é assim que o Brasil produz o fumo da China Tabacos, maior fabricante de cigarros do mundo", 22.jun.21, <https://theintercept.com/2021/06/22/china-tabacos-dividas-exaustao-doencas-cigarro/>
- [29] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, "Agenda de Autoridades", <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/agendas>
- [30] De Olho nos Ruralistas, "Nishimori, do PL do Veneno, fez acordo por dívida de R\$ 1,5 milhão com a Syngenta", 17.fev.22, <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/02/17/nishimori-do-pl-do-veneno-fez-acordo-por-divida-de-r-15-milhao-com-a-syngenta/>
- [31] Mídia Ninja, "Larissa Bombardi condena uso extensivo de agrotóxicos no Brasil em entrevista sobre PL do Veneno", 1.jul.22, <https://midianinja.org/news/larissa-bombardi-condena-uso-extensivo-de-agrotoxicos-no-brasil/>
- [32] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agenda de José Guilherme Tollstadius Leal, 6.jul.21, <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/agendas/secretaria-de-defesa-agropecuaria/agenda-do-secretario-de-defesa-agropecuaria/2021-07-06>
- [33] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agenda de José Guilherme Tollstadius Leal, 5.mai.21, <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/agendas/secretaria-de-defesa-agropecuaria/agenda-do-secretario-de-defesa-agropecuaria/2021-05-05>
- [34] CropLife Brasil, "Biografia Christian Lohbauer", <https://croplifebrasil.org/sobre-croplife/christian-lohbauer/>
- [35] El País Brasil, "Operação Carne Fraca da PF coloca JBS e BRF na mira por esquema de corrupção", 13.mar.17, https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/17/politica/1489761743_696597.html#?rel=listaapoyo
- [36] Animal Equality, "Animal Equality Brazil Launches New Investigation Inside Country's Slaughterhouses And Calls For The Senate To Stop The Self-Control Bill", 1.jul.22, <https://animalequality.org.uk/news/animal-equality-brazil-calls-for-a-stop-to-self-control-bill/>
- [37] LinkedIn, Sílvia Menicucci, <https://br.linkedin.com/in/silvia-menicucci-5023479>
- [38] Financial Times, "Investors warn Brazil to stop Amazon destruction", 23.jun.20, <https://www.ft.com/content/ad1d7176-ce6c-4a9b-9bbc-cbdb6691084f>
- [39] Forests & Finance, "Data Deep Dive", <https://forestsandfinance.org/data/>
- [40] De Olho nos Ruralistas, "Multado em R\$ 47,5 milhões pelo Ibama, Santander fala em "agronegócio sustentável"", 23.out.16, <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/10/23/multado-em-r-475-milhoes-pelo-ibama-santander-fala-em-agronegocio-sustentavel/>
- [41] IPE, "AP7, KLP join retailers in urging Brazil to throw out Amazon bill", 5.mai.21, <https://www.ipe.com/news/ap7-klp-join-retailers-in-urging-brazil-to-throw-out-amazon-bill/10052600.article>
- [42] Levantamento do De Olho nos Ruralistas do faturamento líquido anual de 128 empresas que integram a cadeia de financiamento do Instituto Pensar Agro, conforme balanços patrimoniais dos exercícios fiscais de 2019 e 2020, disponibilizados nos respectivos sites oficiais.
- [43] Banco Central do Brasil, Cotações, <https://www.bcb.gov.br/?bc>
- [44] Forbes, "Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil", 17.jan.22, <https://forbes.com.br/forbes-agro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>
- [45] CNN Brasil, "PIB do agronegócio brasileiro tem crescimento de 8,3% em 2021", 22.mar.22, <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pib-do-agronegocio-brasileiro-tem-crescimento-de-83-em-2021/>
- [46] Coalizão Brasil, "Organizações que aderiram à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura", <https://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/sobre-a-coalizaoparticipantes>
- [47] Aprosoja BR, "Aprosoja Brasil anuncia seu desligamento da Abag", 24.nov.20, <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2020/09/25/aprosoja-brasil-anuncia-seu-desligamento-da-abag/>
- [48] Agência FPA, "Congresso Brasileiro do Agronegócio aborda segurança alimentar e preservação do meio ambiente", 02.ago.21, <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/08/02/congresso-brasileiro-do-agronegocio-aborda-seguranca-alimentar-e-preservacao-do-meio-ambiente/>
- [49] De Olho nos Ruralistas, "Após reportagem, Ceratti rompe com associação que financia bancada ruralista", 26.fev.21, <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/02/26/apos-reportagem-ceratti-rompe-com-associacao-que-financia-banca-da-ruralista/>
- [50] De Olho nos Ruralistas, "Empresas que invadiram Esplanada têm histórico de trabalho escravo, crimes ambientais e conflitos agrários", 9.set.21, <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/09/09/empresas-que-invadiram-esplanada-tem-historico-de-trabalho-escravo-crimes-ambientais-e-conflitos-agrarios/>



DE OLHO NOS RURALISTAS

Observatório do agronegócio no Brasil

ISBN: 978-65-998296-0-4

CDL



9 786599 829604

-
-  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonoagro
 -  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonosruralistas